



## Será o OE2021 o mais difícil de executar? Economistas antecipam vários riscos

[Por Sonia Bexiga](#) 12 Out 2020

**O Orçamento de Estado para 2021 (OE2021) será entregue pelo Governo, esta segunda-feira, na Assembleia da República. Apesar de se desconhecer ao detalhe o seu conteúdo, é certo que foi concebido, e ao que tudo indica será aprovado, num cenário de extrema exigência e incerteza.**

Em declarações à Executive Digest, o economista António Afonso, professor no ISEG – Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa, antevê que o próximo OE “vai ser de difícil execução”.

“Em acréscimo às habituais dificuldades de elaboração do cenário macroeconómico e das projeções orçamentais, que se colocam todos os anos, existe este ano a dificuldade adicional de fazer previsões no contexto da crise de saúde e da crise económica global envolvente”, detalha o especialista, ressaltando porém que as

previsões das principais institucionais internacionais “parecem apontar para um crescimento mais dinâmico em 2021”.

Em análise àqueles que constituem os principais riscos, o economista defende que toda a envolvente económica em Portugal está dependente da evolução da crise de saúde global: “estamos face a uma crise sistémica que, até existir algum controlo através das ciências médicas, não permite estabilizar a atividade económica de forma imediata”.

Já Filipe Garcia, economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros, defende que o OE mais difícil de executar será provavelmente o deste ano, “dado que de março para a frente tudo mudou”.

“O OE2021 já parte do conhecimento da existência da pandemia, pelo que será ajustado a essa realidade. Claro que terá um cenário base, que será apenas isso, um cenário base. Para já, há complacência dos mercados e da União Europeia para défices elevados, mas à medida que a Dívida/PIB vai aumentando Portugal poderá começar a ser visto como uma ‘bomba-relógio’”, afirma o especialista, à Executive Digest.

Assim, acredita que a carga fiscal não irá baixar, pelo contrário. “Creio que podemos esperar um aumento dos impostos indiretos e das taxas, numa lógica teoricamente redistributiva. O que vai acontecer com o IVA da eletricidade (que não baixará para todos, nem da mesma forma) é um bom exemplo da linha que poderá ser seguida na execução do OE2021”, defende.

Quanto a riscos destaca desde logo o risco de os governos implementarem novos confinamentos, “o que levaria a um novo choque negativo”, reforça. A concretizar-se esta implementação, o Governo português “terá de optar ou pela manutenção dos apoios extraordinários, fazendo disparar a dívida e o défice, ou por deixar cair a economia”, afirmou ainda.

“O maior risco é que 2021 não traga a normalidade, o que teria sérios impactos económicos, financeiros e até sociais. A evolução da economia é a grande incógnita porque depende, logicamente, da evolução da pandemia”, adverte.

O economista antevê assim “um ano melhor do que 2020”, sendo que todas as previsões “serão revistas várias vezes e estamos umbilicalmente ligados ao que acontecer em termos de economia mundial”.

“Pessoalmente, estou particularmente curioso com o que se irá passar quando terminarem as moratórias de crédito às empresa e às famílias”, remata.

Sobre as medidas essenciais para empresas e famílias neste próximo OE, Filipe Garcia espera, em termos práticos “um défice elevado, mais despesa e mais carga fiscal em relação ao PIB. Espero incentivo a obras públicas, umas mais duvidosas do que outras e uma especial preocupação em não diminuir o aparelho do Estado. Espero ainda a manutenção de algumas medidas de apoio, mas é muito provável que as contas tenham de ser refeitas várias vezes, à medida que o ano vai avançando e a situação vai mudando”, conclui.